
INSTRUMENTOS DE ANÁLISE FINANCEIRA UTILIZADOS NA CONCESSÃO DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO VOLTADO AOS MÉTODOS ADOTADOS PELAS COOPERATIVAS SICOOB E A RELEVÂNCIA DO VALOR JUSTO NO MOMENTO DA LIBERAÇÃO DO CRÉDITO AO PRODUTOR RURAL

Daiane Patrícia da Silva Jonas

Bacharel em Ciências Contábeis

Dayane Paiva de Andrade Pereira

Bacharel em Ciências Contábeis

Marisse Dizaró Bonfim¹

Mestra em Ciências Contábeis

RESUMO

Este artigo é voltado à área da contabilidade, com relação às questões da mensuração para fins de concessão de crédito rural. A procura pelo crédito rural oferecido pelas Cooperativas de Crédito, que são sociedades de pessoas com natureza jurídica própria, sem fins lucrativos e não sujeitas à falência tem aumentado nos últimos anos, devido à facilidade ao acesso ao crédito e o oferecimento de taxas menores no mercado. Com esse aumento, consequentemente, as Cooperativas estão mais expostas a riscos. O objetivo central do presente trabalho é identificar se a estratégia de análise neste processo previne as cooperativas de correrem riscos ao conceder crédito ao produtor rural. Foi realizada uma pesquisa descritiva, através de um estudo de caso. Os dados para análise foram coletados por meio de entrevista e questionário realizados respectivamente na Cooperativa Sicoob Nossocrédito de São Sebastião do Paraíso - MG e Sicoob Saromcredi de São Roque de Minas - MG. Os resultados após o estudo comprovam que as Cooperativas embora utilizem métodos distintos de análises e concessão de crédito, possuem resultados satisfatórios, contribuindo com um índice de inadimplência dentro dos parâmetros recomendados pelo Banco Central do Brasil.

Palavras-chave: Crédito Rural, Risco de crédito, CPC 46 - Valor Justo.

¹ marissedizaro@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o crédito rural contribui com o movimento da economia nacional, influenciando no crescimento do país. O crédito rural beneficia os produtores, possibilitando que invistam nas suas propriedades, comprando novas máquinas, ou investindo em insumos básicos da atividade e sua procura por ele é crescente.

Com o crescimento da procura do crédito, as cooperativas de crédito rural, que são as que oferecem melhores condições aos associados, estão sujeitas a riscos. Por esse motivo é importante uma análise criteriosa, que minimize o risco na concessão do crédito.

Este artigo pretende tratar dos Instrumentos de análise financeira utilizados na concessão de crédito, e, para tanto, foi realizado um estudo de caso voltado ao modo pelo qual as cooperativas concedem crédito aos produtores rurais, ponderando a utilização da mensuração do valor justo no momento da análise.

Com base nesse conceito o problema de pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: **O uso do valor justo agregado aos instrumentos de análise utilizados pelas Cooperativas possibilita que o crédito concedido ao produtor rural seja liberado de forma confiável e segura?**

O presente artigo teve o intuito de demonstrar quais são as características que possibilitam que o crédito seja concedido ao produtor, e identificar se os critérios utilizados na análise são suficientes a fim de minimizar e contribuir para que a Instituição não incorra em riscos com a inadimplência.

Na área relacionada ao Crédito Rural não foram encontrados trabalhos publicados que mencionasse as premissas do valor justo como instrumento de análise no processo de liberação do crédito ao produtor rural. A carência do assunto é umas das justificativas da relevância do tema do estudo.

Outro ponto que justifica a realização do trabalho é que, com o aumento da necessidade de produtores rurais recorrerem aos créditos, as cooperativas necessitam de uma análise mais criteriosa. E como os produtores rurais usam seus bens como garantia pela liberação do crédito, surge assim à necessidade de saber como as cooperativas avaliam essas garantias e se é utilizado mensuração a Valor Justo, trazendo assim o ativo mais próximo da realidade.



Desta forma, o objetivo geral é identificar a estratégia de análise utilizada pelas Cooperativas de Crédito, bem como o uso do Valor Justo no momento da avaliação das garantias, prevenindo-as de correrem riscos ao concederem crédito ao produtor rural.

O trabalho apresenta no capítulo 2 o Referencial Teórico, onde traz a descrição das Cooperativas e Análises de Crédito e seus riscos, as fases da análise e como é definido o limite de crédito, bem como a utilização do valor justo e ativos biológicos.

Posteriormente no capítulo 3 encontra-se a metodologia aplicada para realização do estudo, seguida pela análise e discussão dos dados com os resultados encontrados, e as considerações finais no capítulo 5 e sugestão de trabalhos futuros. Por fim, as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativas de crédito no Brasil

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, sem fins lucrativos, criadas por pessoas voluntariamente unidas, de natureza civil e forma jurídica própria. De acordo com o Banco Central do Brasil, as cooperativas são criadas com intuito de prestar serviços aos seus associados de forma a possibilitar acesso ao crédito, e também a outros serviços como empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras entre outros.

Mesmo com as várias alterações feitas desde o surgimento das cooperativas, o propósito dessas instituições vem sendo o mesmo: oferecer serviços de forma rápida e segura aos seus associados, sendo eles pessoas jurídicas ou físicas. Pinheiro (2008) afirma que as cooperativas de crédito surgiram na Alemanha em 1848, e no Brasil no ano de 1902. Desde então as cooperativas vem movimentando a economia nacional, que de acordo com as necessidades sofreram alterações, sendo regidas pela Resolução n. 3.442, de 2007, desde a criação das cooperativas de livre admissão, onde pessoas de qualquer segmento podiam fazer parte dessas cooperativas.

As cooperativas foram criadas com objetivo de suprir as necessidades de seus associados, e seu principal foco não é a geração de acúmulo de resultados. Freitas, Amaral e Braga (2008) afirmam que o cooperativismo tem sido eficaz na geração de empregos, na

organização da população, no desenvolvimento socioeconômico do país, possibilitando o acesso ao crédito a quem antes vivia as margens do tradicional sistema financeiro.

Dentre as cooperativas existentes no Brasil, destaca-se o Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), que desde seu surgimento vem trazendo melhorias aos associados e a economia nacional.

No Brasil, as cooperativas atualmente trazem benefícios para seus cooperados trabalhando com taxas de juros mais baixas, e com a livre admissão ficou mais acessível conseguir o crédito desejado. É o que afirma Nunes (2011) que por se tratar de uma cooperativa de crédito, o Sicoob oferece produtos bancários com juros abaixo do mercado e vantagens especiais, tendo prazos mais longos e isenção de tarifas, com a vantagem do dinheiro que é movimentado ser reinvestido no próprio município.

2.2 Análise de Crédito rural e seus riscos

A análise de crédito é um procedimento essencial para as Instituições Financeiras, pois através dela se pode reconhecer a real capacidade que o produtor rural para honrar suas obrigações. É nesse momento também que se consegue verificar qual é o montante que pode ser liberado para o produtor. A análise de crédito para Nunes (2011) é o momento de se avaliar se o tomador do crédito tem potencial de arcar com seus compromissos, e verificar os riscos que a decisão de conceder o crédito possa oferecer para a instituição cedente futuramente.

A importância da análise é que a concessão do crédito ocorre a partir das informações contidas na documentação apresentada. Segundo Jesus et al. (2011), para que uma decisão seja tomada com maior confiabilidade, é indispensável que as informações que são apresentadas estejam na forma mais clara e detalhada possível.

É necessário que as Cooperativas de Crédito saibam dos riscos aos quais elas estão vulneráveis. De acordo com Freitas, Amaral e Braga (2008), risco de crédito é a possibilidade que existe de o tomador não honrar com o compromisso assumido no ato da concessão do crédito, havendo possibilidade de haver perdas nesse tipo de operação.

Existem dois tipos de riscos financeiros, segundo Gonçalves e Braga (2008). Há o risco sistemático, que é um risco que não tem como ser previsto ou evitado. Não está ao

alcance da instituição a reversão desse tipo de situação, porém, ela precisa estar ciente do acontecimento, para que possa tomar decisões para enfrentar os seus efeitos. Já o risco não sistemático é uma consequência às tomadas de decisões, que são de exclusiva responsabilidade da instituição.

Desta forma, o produtor rural está vulnerável a problemas que possam contribuir para o não cumprimento da quitação do crédito, como o risco sistemático, pois ele fica exposto a questões comuns no mundo agrícola, como problemas na colheita, que podem comprometer safra.

2.3 Fases da análise de crédito

Para que seja concedido um crédito com segurança, a análise passa por fases, que tem o objetivo de dar suporte no momento da avaliação e concessão do crédito.

Tradicionalmente a análise de crédito, de acordo com Nunes (2011), é conhecida como os “Cs” do crédito, pelo fato de as variáveis analisadas serem: caráter, capacidade, condição, capital e o colateral proponente. Sendo assim o Caráter é o histórico de pagamento do solicitante, que determina o cumprimento de suas obrigações financeiras, contratuais e morais. Já a Capacidade é o potencial que o cliente tem de quitar ou não o crédito que será solicitado. O capital é a garantia financeira que o solicitante do crédito tem. O Colateral é a quantia de ativos que são disponibilizados para que sejam usados como garantia do crédito. E por último, as Condições, que mostra a qualidade econômica e empresarial vigente.

O processo de análise segue ainda um procedimento, que são informações obtidas através do cadastro, que auxilia a Instituição financeira a conhecer o cliente que está solicitando o crédito. Segundo Francisco (2007), neste cadastro deve conter fatores relevantes, dados e informações do cliente, para possibilitar uma conclusão mais fiel possível do caráter e perfil socioeconômico do cliente.

Uma das etapas da análise da concessão crédito é a visita ao cliente. Essa visita é importante, pois nela será possível obter informações que muitas vezes no momento da análise documental não é possível de obter. Segundo Nunes (2011) a visita ao cliente é insubstituível, e é a oportunidade de obter informações sobre o nível de atividade da empresa e seus aspectos quantitativos e qualitativos. Com essa visita é possível também verificar se as

informações que foram apresentadas nos demonstrativos financeiros condizem com a real situação que é obtida através desse procedimento.

2.4 Limite de crédito

O momento de definição do limite de crédito a ser concedido é uma das fases mais delicadas do processo de análise. Para definição do limite de crédito, é essencial que a análise realizada tenha sido feita minuciosamente, pois é através dela que pode ser reconhecida a capacidade de pagamento do solicitante.

De acordo com Pazzini, Rogers e Rogers (2004), o limite de crédito deve ser cuidadosamente analisado, pois mensurar em valores monetários a confiança que o credor passa no momento da concessão de crédito é difícil. Segundo os autores, a análise do risco de crédito é muito importante, pois através desse tipo de análise consegue-se quantificar e qualificar o risco, contribuindo assim para determinação do limite.

2.5 CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Segundo Kehl (2005) com o tempo foi percebido que a mensuração a custo histórico já estava defasada, e não trazia um resultado mais confiável. Isso pelo fato de que a mensuração a custo histórico era mais objetiva, e a mensuração a valor justo, já era mais relevante, tendo uma análise subjetiva.

A contabilidade sempre procura buscar maneiras que beneficiem e direcionem os usuários internos e externos a tomarem decisões mais confiáveis possíveis. Para isso, de acordo com Brito et. al (2014) é necessário que a mensuração e divulgação das informações sejam o espelho da real situação econômico-financeira da empresa. Por esse motivo é que o valor justo foi criado, com o intuito de dar maior credibilidade às informações.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos contábeis – CPC 46, o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ou seja, é o valor real de um determinado bem, sendo que no momento de definir esse valor não haja favorecimento e nem uma transação forçada entre as partes.

Percebe-se que “valor justo” subentende-se o mesmo que “valor de mercado”, pelo fato de que a avaliação é feita através dos valores disponíveis no mercado ativo, referente ao ativo ou passivo a ser analisado. Segundo Iudícibus e Martins (2007) não pode haver essa comparação na definição do valor justo, pois haverá situação em que não terá mercado para se fazer a avaliação. E o valor justo surgiu exatamente para os casos de que não há mercado ativo para a avaliação.

Para conseguir avaliar um ativo ou passivo a valor justo, é necessário saber quais são as maneiras disponíveis de mensuração. De acordo com o CPC - 46, existem 3 níveis que devem ser seguidos para mensurar um ativo ou passivo a valor justo, mas o princípio geral é que deve-se maximizar o uso de dados observáveis e minimizar a utilização de dados não observáveis.

A avaliação a Valor Justo é dividida em 3 níveis hierárquicos. A informação de nível 1 é a mais confiável (dados observáveis), pois o ativo ou passivo são avaliados através de um mercado ativo, e o preço é determinado de acordo com ativo e passivo idêntico, tornando assim a precificação mais confiável e sendo a avaliação mais utilizada quando possível. A informação de nível 2 é utilizada quando não se tem um ativo ou passivo idêntico no mercado ativo (dados não observáveis), utilizando assim, um semelhante ou similar para fazer a avaliação. Quando a mensuração não se encaixa em nenhum dos dois níveis apresentados, deverá ser utilizadas técnicas de avaliação, como fluxo de caixa descontado, exigindo subjetividade e cautela dos avaliadores, mas jamais deixando que a conclusão do valor seja confiável e segura.

2.7 Ativos Biológicos

O CPC 29 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), de 2009, nos traz no âmbito rural, as definições dos termos que tem significado específico, dentre elas do que se tratam o Ativo Biológico, que vem a ser um animal e/ou planta vivos considerados desde seu nascimento até o ponto do abate ou da colheita.

O valor justo vem sendo cada vez mais usado como forma de mensuração, e desde 2001 o IASB (International Accounting Standards Board) publicou a norma IAS/41, sendo ela usada para mensuração de produtos agrícolas e ativos biológicos, que antes eram mensurados

pelo custo histórico. De acordo com o Portal do CFC, o reconhecimento e mensuração de um ativo biológico se dão quando a entidade controla o ativo como resultado de eventos passados, quando forem prováveis de geração de benefícios econômicos futuros e o custo do ativo ou valor justo puderem ser confiáveis de mensuração.

Wanderley, Silva e Leal (2012) citam que de acordo com a IAS/41, as empresas que possuem atividade agrícola sendo cultura de grãos, aumento de rebanho, estão sujeitas à realização de valorização de seus ativos, a fim de determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de mercado, nos encerramentos trimestrais e do exercício.

Dessa forma, o ajuste do preço de um ativo biológico existente à cotação de mercado atualiza seu valor à realidade, sendo apurado o quanto o ativo valeria se fosse vendido naquela data.

3 METODOLOGIA

O universo de estudo foram as Cooperativas Sicoob Nossocrédito de São Sebastião do Paraíso e a Sicoob Saromcredi de São Roque de Minas, ambas situadas no sudeste de Minas Gerais. Foram realizadas perguntas com o intuito de conhecer os Instrumentos de análise utilizados e se esses métodos são suficientes para uma liberação de crédito segura.

Outro ponto questionado foi o uso do Valor Justo no momento de avaliação das garantias reais, se as Cooperativas estudadas o utilizam como método de análise, onde foi elaborada uma tabela comparativa, transcrita na íntegra com o objetivo de focar as semelhanças e diferenças encontradas.

A metodologia de análise do presente trabalho é caracterizada como estudo de caso. Segundo Yin (2010) o estudo de caso é uma pesquisa empírica, sendo recolhido dados de fontes direta, investigando fenômeno do seu contexto real, onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas.

O estudo de caso segundo Yin (2010), deve apresentar de forma sumária informações sobre o *background* teórico que sustenta o estudo. Deve também apresentar um documento que possa informar à organização quais são os objetivos da pesquisa, e suas questões orientadoras iniciais, sendo o entrevistador que deve se introduzir no mundo do objeto, e não o contrário.

O estudo de caso para estar completo deve seguir todos os passos de um protocolo, e para ser considerado um trabalho exemplar os casos individuais são de interesse geral e amplamente importantes, sendo um assunto atual, podendo ser de uma ou mais organizações, onde caberá uma análise comparativa dos dados coletados.

Para fins de elaboração do artigo, foi realizado um estudo de caso múltiplo, pois foi feito um comparativo entre duas cooperativas em suas respectivas regiões, com o intuito de saber se seus critérios são os mesmos para concessão de crédito, e se estão de acordo com a norma, utilizando o CPC 46 valor justo.

O estudo definiu-se como qualitativo e descritivo. De acordo com Melo et al. (2011) a pesquisa descritiva caracteriza-se quando da exposição e estudo de características de uma população determinada. A pesquisa qualitativa é definida por Neves (1996) como uma pesquisa que é conduzida conforme o decorrer do estudo. Não segue um plano previamente direcionado. E o contato com o pesquisador com o objeto de estudo é direto e interativo.

3.1 Procedimentos Metodológicos do trabalho

Como primeira etapa realizou-se uma visita ao Sicoob Nossocrédito de São Sebastião do Paraíso para serem esclarecidas algumas dúvidas e analisar superficialmente como eram feitas as análises. Estavam presentes a gerente responsável pela liberação do crédito e o advogado responsável pela parte jurídica. Através dessa visita foi concluído que, para dar mais credibilidade ao trabalho, seria necessário fazer uma pesquisa com mais uma Cooperativa Sicoob, para que pudesse ser realizado um comparativo do modo de análise entre elas. A Cooperativa escolhida foi a Sicoob Saromcredi de São Roque de Minas, por ser destaque em ser uma instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

A segunda etapa foi retornar ao Sicoob Nossocrédito realizando uma entrevista com o Diretor Executivo, com perguntas que buscaram obter dados que auxiliassem a compreensão das análises financeiras quanto à concessão de crédito, sendo observado a uniformidade e o padrão de liberação para os associados. A entrevista é considerada uma das principais técnicas de coleta de dados e a realização dela é feita através de uma conversa entre o pesquisador e o entrevistado com o intuito de obter informações sobre determinado assunto. (Cervo e Bervian,

2002, apud Oliveira, 2011).

Segundo Marconi e Lakatos (2010) através dessa conversa, que é de natureza profissional, são coletados dados que auxiliam a conclusão e direciona a pesquisa a um diagnóstico do tema pesquisado. A entrevista é semi-estruturada, pois é formulada através de dúvidas que surgem depois de se apoiar em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa. E através de sua experiência adquirida sobre o assunto, no transcorrer da entrevista pode-se surgir novas hipóteses gerando conseqüentemente novas dúvidas. (Triviños, 1987 apud Beuren et al, 2009).

Na etapa seguinte foi enviado via e-mail um questionário com questões abertas para a Sicoob Saromcredi, na qual o gerente administrativo respondeu todas elas contribuindo para a conclusão do trabalho. Não foi possível realizar uma entrevista pelo fato da distância da cidade das autoras com São Roque de Minas, onde se situa a Saromcredi.

O questionário possuía 12 questões abertas que abrangeu todo o objetivo do trabalho, sendo as mesmas perguntas realizadas na entrevista com a Nossocrédito. Segundo Fonseca (2012) o questionário é muito usado, pois através dele que é possível coletar os dados e ter uma conclusão mais exata sobre o que se deseja. A função do questionário é extrair informações de maneira dinâmica e padronizada, a respeito de uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada.

O questionário é um conjunto de perguntas com o intuito de possibilitar atingir o objetivo do projeto e que a formulação de um questionário não é uma tarefa fácil, sendo necessário tempo e esforço para a sua elaboração (Parasuraman, 1991 apud Chagas, 2010). De acordo com Chagas (2012), as questões abertas são respondidas de forma mais livre, pois os respondentes se utilizam de suas próprias palavras, sem se limitar a um rol de alternativas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise abaixo consiste em identificar pontos comuns e incomuns entre os respondentes e verificar se os mesmos possuem afinidade com o conceito de valor justo. Serão apresentados questões por questões, abaixo os comentários das autoras e a relação com o referencial teórico. O quadro 1 traz um comparativo referente ao cenário da concessão de crédito e de que forma houve mudanças neste panorama.



Instrumentos de análise financeira utilizados na concessão de crédito: um estudo de caso voltado aos métodos adotados pelas cooperativas Sicoob e a relevância do valor justo no momento da liberação do crédito ao produtor rural.

JONAS, PEREIRA e BONFIM (2015)

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
O café que é a base da nossa região é formado por um oligopsonio. Existem no mundo mais ou menos cinco ou seis empresas que compram café. E eles detêm esse mercado. Eles manipulam os preços de acordo com seus interesses e seus estoques estimados. Em contra ponto você tem o conselho que tenta equilibrar, defender e atender aos interesses dos produtores e consequentemente os seus próprios interesses. O que levou a esse panorama foi a oscilação de preços e a carência do especulador no mercado.	Nos três últimos exercícios houve um crescimento de 38,75% nas operações de crédito rural da Cooperativa. O que levou a esse panorama foram à facilidade de acesso ao crédito, taxas de juros mais baixas, estabilidade do país. Porém, no momento atual, com políticas voltadas para controle de inflação, elevação da taxa básica de juros, instabilidade do país, o cenário de crescimento tende a estabilizar, podendo até mesmo retrair.

Quadro 1 – Cenário da concessão de crédito nos últimos anos e o que levou a este panorama.
Fonte: Autoras.

De acordo com os respondentes, nota-se que o cooperativismo teve um grande crescimento nos últimos anos. O Sicoob Nossocrédito destaca que o café tem sido base da região, porém com contrapontos de equilíbrio de preços que muitas vezes não conseguem equilibrar, por falta de um especulador de mercado. Já a Saromcredi aposta nas facilidades que as cooperativas oferecem aos seus associados, baixas taxas, estabilidade do país, estando sempre atenta a movimentação do cenário atual. De acordo com (2011) as cooperativas de crédito surgiram da necessidade de proporcionar melhores condições aos associados, oferecendo produtos bancários com juros abaixo do mercado, com prazos mais longos e isenção de tarifa. O quadro 2 refere-se ao modo pelo qual as análises são feitas. Nessa questão buscou-se captar as exigibilidades junto às duas cooperativas de crédito no momento da análise.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
De acordo com o MCR – Manual de Crédito Rural 62 do Banco Central. Que exige um cadastro completo, com endereço e renda comprovada e as garantias suficientes. Porém, as garantias exigidas são somente para atender a lei. Elas não influenciam no momento da liberação do crédito. Para liberar o crédito é analisado onde o produtor aplicará esse crédito solicitado. A Cooperativa analisa a expectativa futura de retorno do negócio. Se o retorno dá pra pagar o empréstimo adquirido e se ainda sobra uma margem para o produtor.	Existem 3 estruturas que auxiliam na liberação do crédito. As análises são realizadas pelos comitês de crédito nas alçadas competentes de acordo com o valor do crédito solicitado. As solicitações de crédito acima de R\$ 2.000.000,00 são avaliadas pelo conselho de Administração. Após essa análise passa pelo setor de Crédito do CAD – Centro Administrativo, onde é feita análise técnica minuciosa, análise de documentos, fatores internos e externos, etc. E por último, os engenheiros agrônomos, quando necessário, auxiliam a análise com visitas técnicas <i>in loco</i> , onde são observados diversos fatores, bem como produtividade, organização, viabilidade do projeto a ser financiado, etc., e posteriormente fiscalização da correta aplicação do recurso, desenvolvimento das atividades financiadas e a situação das garantias.

Quadro 2 – Como são feitas as análises.
Fonte: Autoras.



Percebe-se que o método de análise utilizado por ambas as Cooperativas são parecidos, pois além de analisar os documentos que são exigidos, elas também verificam a viabilidade do investimento. A Saromcredi destaca a visita de um agrônomo à propriedade, onde ele verificará a situação do cliente e a situação das garantias. De acordo com Nunes (2011) a visita ao cliente é indispensável, tendo em vista que é nesse momento que a instituição financeira terá a oportunidade de obter informações sobre a atividade da empresa e verificar se as informações obtidas estão de acordo com sua real situação. O que diverge entre elas são as garantias. Para a Nossocrédito as garantias são solicitadas somente para atender à lei, não influencia em nada. O quadro 3 mostra os índices de inadimplência das duas cooperativas. Ambas estão satisfeitas com os resultados.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
Sim, pois o índice de inadimplência da Cooperativa está abaixo de 1,5%.	Consideramos que o método utilizado é suficiente. Todas as operações contam com garantias reais correspondendo ao valor mínimo de 130% do valor da operação ou fidejussórias (aval). O índice de inadimplência da Cooperativa está 1,28%.

Quadro 3 - Método utilizado é suficiente para que a decisão sobre o crédito seja seguro e confiável.
Fonte: Autoras.

Os respondentes indicaram que o método utilizado em ambas as Cooperativas é suficiente, podendo-se afirmar que os Instrumentos de Análises utilizados possibilitam que o crédito seja concedido de forma segura e confiável. Francisco (2007) cita a essencialidade de uma análise de crédito criteriosa, pois assim podem-se minimizar os riscos aos quais as cooperativas estão sujeitas, e de acordo com os dados coletados, as duas instituições têm esse cuidado no momento da análise. O quadro 4 refere-se aos riscos que as cooperativas correm ao fazer a liberação de crédito para o produtor, e quais as medidas tomadas quando não se pode cumprir com o compromisso firmado.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
Se houver perda da colheita a Cooperativa faz as prorrogações caso a caso. É prorrogado de 2 até 5 anos se for preciso e com juros compatíveis. Se for percebido que o cliente não terá condição nenhuma de pagar a Cooperativa, aí sim pode ser recebido um bem em forma de pagamento. Mas a prioridade é prorrogar o prazo.	A Cooperativa trabalha com seguros rurais que cubram aos itens financiados, sejam os plantios de lavouras, as construções de galpões, as aquisições de máquinas e implementos. Para garantir os preços futuros, trabalhamos com as vendas futuras, travas de preços de percentual da produção.

Quadro 4 – Como a cooperativa lida com os riscos nas quais não podem ser previstos ou inevitáveis.
Fonte: Autoras.

Nessa questão percebe-se que as cooperativas trabalham de forma diferenciada. O Sicoob Nossocrédito, no momento da percepção da falta de condições do associado de quitar

com seu compromisso, busca fazer uma análise do contrato do cliente, prorrogando prazos e trabalhando com juros mais baixos, e em último caso buscando um bem como forma de pagamento. A Saromcredi prefere trabalhar com a garantia de seguros rurais que podem cobrir ao financiamento no caso de perda da plantação ou construções. De acordo com Gonçalves e Braga (2008) existem dois tipos de riscos, sendo ele sistemático e não sistemático. Nesse caso não está ao alcance da organização controlar esses riscos, porém como os respondentes escreveram, podem-se buscar alternativas para que a instituição não perca seu capital investido. O quadro 5 é referente as medidas tomadas quando o associado busca um crédito a fim de utilizá-lo em outro investimento que não seja o concordado no momento da análise. Nessa questão buscaram-se verificar quais medidas as cooperativas tomam quanto a essa situação.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
Desclassifica a operação do crédito rural. O produtor deixa de pagar 6,75% ao ano e passa a pagar 30% ao ano. A operação é declarada vencida antecipadamente e ele fica impedido de operar no crédito rural por 2,3,4,5 até 10 anos.	Comunica os fatos ao Banco Central do Brasil, encaminhando os documentos comprobatórios das irregularidades verificadas, com vistas à adoção das providências cabíveis junto ao Ministério Público ou às autoridades tributárias, conforme determina a Resolução n 3.235. Quando são detectadas essas atitudes por parte do associado, ficam registradas em nossos sistemas restrições internas que afetam nas próximas análises de crédito.

Quadro 5 – Quais as medidas tomadas pela cooperativa se o valor adquirido pelo financiamento não foi aplicado no local acordado.

Fonte: Autoras.

Segundo Jesus et al. (2011), a melhor forma de evitar riscos no momento da análise é verificar se as informações prestadas pelo produtor são da forma mais clara e detalhada possível, podendo assegurar a decisão mais segura e confiável.

Quando essas informações não condizem com a aplicação do financiamento, A cooperativa Sicoob desclassifica de imediato a operação, e o produtor passa a pagar mais caro pelo crédito além de ser impedido de operar com a cooperativa por anos, de acordo com cada caso. Já a Saromcredi destaca que é comunicado ao Banco central o fato, podendo o associado responder ao processo junto ao ministério Público, onde terá registro de restrições junto à cooperativa perdendo seus direitos como associado.

O quadro 6 refere-se à questão da determinação do crédito a ser liberado. Buscou-se identificar o que é analisado quando o associado solicita o crédito e como a cooperativa trabalha para liberação do mesmo.

Instrumentos de análise financeira utilizados na concessão de crédito: um estudo de caso voltado aos métodos adotados pelas cooperativas Sicoob e a relevância do valor justo no momento da liberação do crédito ao produtor rural.

JONAS, PEREIRA e BONFIM (2015)

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
É definido de acordo com a área, produção e de acordo com o retorno que ele vai ter em cima da atividade que ele ta exercendo e o prazo.	É de acordo com a capacidade de pagamento, garantias compatíveis com a operação e viabilidade do investimento realizado pelo produtor.

Quadro 6 – Determinação do montante de crédito a ser liberado.

Fonte: Autoras.

Para o SicoobNossocrédito o que determina a liberação do crédito é o tamanho da propriedade, o que será produzido e quão será o retorno da atividade. Já a Saromcredi verifica a capacidade de pagamento e busca garantias compatíveis com a operação do investimento realizado. Nunes (2014) afirma que a análise é o momento de se avaliar se o produtor terá capacidade de arcar com seus compromissos, bem como avaliar se a concessão trará riscos para a cooperativa no futuro.

O quadro 7 mostra se o contato do cliente ao longo do tempo com a cooperativa, traz benefícios à liberação de novos créditos.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
Sim, mas mesmo se ele tiver um histórico ótimo, sempre será analisada a capacidade econômica e financeira do cliente. De como a vida dele está hoje. E se onde ele quer investir o dinheiro terá retorno.	Sim, pois quando conhecemos, sabemos bem para quem estamos concedendo o crédito, e com base no histórico de vários anos de movimentação financeira, fidelidade e reciprocidade com a Cooperativa, isso facilita muito a análise. Mas em nenhum momento, no sentido de privilegiar, mas sim, de procurar atender da melhor forma possível, buscando o melhor investimento, o melhor recurso, as melhores taxas, etc.

Quadro 7 – Verificar se o contato que a instituição tem o cliente faz com que ele tenha benefícios em relação à liberação de novos créditos.

Fonte: Autoras.

Segundo Nunes (2011) as variáveis dos C's do crédito que são caráter, capacidade, condição, capital e o colateral são todas analisadas e auxiliam no momento da liberação do crédito. Percebe-se através dos quadros que as duas Cooperativas concordam que o contato com o cliente facilita no momento da análise do crédito, pois com o passar dos anos é possível conhecer o seu caráter e a sua fidelidade junto a Instituição.

A Nossocrédito afirma que mesmo sendo solicitados novos créditos, as análises serão realizadas normalmente, pois sempre será verificada a sua capacidade econômica e financeira hoje e não baseada no passado, porém já se conhecerá o seu caráter conforme os históricos de pagamentos dos créditos anteriores. Já a Saromcredi afirma que esse contato não privilegia e sim beneficia no sentido em que se procura atender o cliente da melhor forma possível, buscando melhores taxas e melhores investimentos.

O quadro 8 mostra como são avaliadas as garantias reais que são solicitadas ao cliente



no momento da análise e se essas garantias são avaliadas conforme o CPC 46 – Valor justo.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
Não é utilizado o valor justo. As garantias são acessórias. É só para dar legalidade ao ato. Quando for preciso avaliar, o engenheiro agrônomo valida os laudos que vem dos agrônomos dos clientes, quando exigidos projetos. Em relação à plantação é analisada a sua germinação e o potencial de produção. Não pega o penhor da planta, e sim o penhor do fruto pendente. Porém se uma planta está boa, com valor justo, pra nós é irrelevante, o que importa é o que ela vai produzir. Mais esse penhor só pra garantia legal do Banco Central, ele não traduz em segurança para a cooperativa. Esse tipo de garantia é inócuo.	As Garantias reais devem compor ao valor mínimo de 130% do valor da operação. São avaliadas de acordo com o valor de mercado, levando em consideração, todas as suas características para cada tipo de garantia, bens móveis ou imóveis, destacamos, por exemplo, a qualidade, a raça, a conservação, a localização, as benfeitorias, o relevo, o solo, a altitude, etc. Quanto à utilização do valor justo, é utilizado sim, pois as avaliações são feitas com base no valor de mercado, no preço real de venda.

Quadro 8 – Como são avaliadas as garantias e Valor Justo utilizado.

Fonte: Autoras.

Nunes (2011) afirma que as garantias são solicitadas para que sejam utilizadas como garantia de pagamento do crédito adquirido, ou seja, caso o cliente não realize o pagamento do crédito, as garantias são a forma do pagamento. Ao ser analisado o quadro acima, percebe-se que há divergências nos métodos utilizadas pelas cooperativas. O respondente da Nossocrédito afirma que as garantias são avaliadas através da validação realizada pelo agrônomo da cooperativa sobre o laudo que o agrônomo do cliente emite. Ele afirma que não é utilizado o valor justo no momento dessa análise e ele novamente certifica de que as garantias são solicitadas somente para atender à lei do Banco Central, e de que elas não trazem para a cooperativa segurança, são inócuos.

Já o respondente da Saromcredi afirma que as garantias reais devem compor ao valor mínimo de 130% do valor da operação. Ele afirma que é utilizado o valor justo no momento da análise. Os ativos do produtor são avaliados de acordo com o valor do mercado, são verificadas todas as características para cada tipo de garantia, sendo eles móveis ou imóveis. De acordo com a norma IAS/41 publicada pelo IASB (International Accounting Standards Board) o valor justo desde 2001 está sendo utilizado para a mensuração de produtos agrícolas e ativos biológicos, sendo que antes eles eram avaliados pelo custo histórico. Isso faz que com a análise tenha se tornado mais próxima da realidade possível. O quadro 9 buscou refletir com quais dificuldades a cooperativa se depara no momento da aplicabilidade do CPC 46 – Valor justo na avaliação dos ativos dados como garantia.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
	<ul style="list-style-type: none">- As dificuldades mais apontadas por nossos avaliadores são a rápida valorização do preço de mercado, principalmente as que vêm acontecendo no setor imobiliário;- as diversificações dos preços dos ativos por microrregião ou localidades distintas dentro do próprio município;- condição do estado dos ativos, qual seja, conservação, benfeitorias, cultivos.

Quadro 9 – Dificuldades encontradas para avaliar ativos a Valor Justo.

Fonte: Autoras.

Conforme visto no quadro 7, a Cooperativa Nossocrédito não utiliza o valor justo na avaliação das garantias. Já a Saromcredi como utiliza desse método, ela aponta como uma das dificuldades de avaliação a valorização rápida de determinados ativos, principalmente no setor imobiliário.

Segundo o CPC-46 para avaliar um ativo ele deve se encaixar em um dos 3 níveis hierárquicos de avaliação a valor justo. Sendo que o nível 1 (dados observáveis) são os ativos idênticos, para que assim possa se fazer a avaliação comparando-os entre si. Já o nível 2 (dados não observáveis) são os ativos que tem características similares. Ou seja, deverá haver um grau de subjetividade no momento da avaliação, devendo assim observar as características entre esses ativos, suas semelhanças e conservação, para assim poder chegar a uma avaliação final. E o nível 3, são os ativos que não se encaixam em nenhum dos níveis citados, onde não há nenhum ativo idêntico ou semelhante para que seja possível usá-lo como comparativo.

A Saromcredi afirmou que uma das suas dificuldades é avaliar os ativos com diversificações de preços por microrregião ou localidades dentro do próprio município, ou seja, ativos que se encaixam nos níveis 1 e 2. Pois o valor do ativo, por mais que seja idêntico ou similar, tem divergências de valores conforme a sua localização ou conservação.

O quadro 10 buscou-se compreender se avaliar os ativos a valor justo traz benefícios ao produtor, à cooperativa, ou a ambos.

SicoobNossocrédito	SicoobSaromcredi
	Quando se avalia bens a valor justo, estamos trabalhando sempre dentro da realidade dos ativos. Quanto aos benefícios, se dá em ambos os casos, para a Cooperativa que tem ciência dos bens que recebeu como garantia e seus valores de mercado, e para o produtor que ofereceu bens a valores adequados, não comprometendo patrimônio sem necessidade.

Quadro 10 – Benefícios da avaliação de ativos biológicos a valor justo.

Fonte: Autoras.

Segundo Brito et. al (2014) o valor justo foi criado com intuito de dar maior credibilidade às informações. Essa afirmação fundamenta a resposta da Saromcredi, que diz que avaliar os bens a valor justo, é trabalhar dentro da realidade dos ativos. E que essa avaliação traz benefícios tanto para a Cooperativa quanto para o cliente.

O benefício ao utilizar o valor justo que o respondente da Saromcredi cita é pelo fato de que a Cooperativa tem a ciência de quanto o ativo usado como garantia está valendo no mercado e já o produtor tem conhecimento de que os bens oferecidos para garantia estão com seus valores adequados, e não corre o risco de comprometer bens além do que necessários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os instrumentos de análise financeiras utilizados na concessão de crédito são essenciais para que as Cooperativas concedam créditos ao produtor rural com total segurança. É fundamental para a instituição conhecer onde será aplicado o crédito solicitado pelo cliente, pois nesse momento a Cooperativa analisa se essa concessão é viável ou não.

A finalidade deste artigo foi realizar um estudo comparativo entre duas Cooperativas de Crédito e analisar se as mesmas possuem métodos de análises suficientes para liberação de crédito para o produtor rural, ponderando os riscos que as instituições estão sujeitas ao liberar esse crédito e verificar a aplicabilidade do CPC 46 no momento da avaliação das garantias reais.

Foi identificado, a princípio e de acordo com os respondentes, que as cooperativas apesar de pertencer ao mesmo ramo, se baseiam em métodos diferenciados de análises, porém ambas possuem eficiência derivando em resultados positivos. Os índices de inadimplência das duas Cooperativas em estudo estão abaixo de 1,5%, sendo menor do que o recomendado pelo Banco Central, comprovando assim a eficácia da liberação do crédito com segurança.

Concluiu-se que o Valor Justo, por mais que traga o patrimônio do produtor ao mais próximo da realidade no quesito de mensuração, somente a Cooperativa Sicoob Saromcredi o utiliza na avaliação dos bens dados em garantia, afirmando que dessa forma trabalha dentro da realidade dos ativos. Já a Sicoob Nossocredito, afirmou que não utiliza o Valor Justo como método de análise das garantias, e que para ela as garantias são apenas para atender a lei, não as consideram como segurança de pagamento.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que as Cooperativas em estudo utilizam métodos de análise e concessão de crédito com algumas diferenças entre si, mas não deixam de ser o que as teorias recomendam, obtendo assim, resultados satisfatórios.

Em relação ao CPC – 46 Mensuração a Valor Justo, concluiu-se que mesmo a Cooperativa Sicoob Nossocrédito não o utilizando na análise das garantias, faz com que seu resultado seja desfavorável em relação à Cooperativa Saromcredi. Porém, entende-se que a Cooperativa que adota a Mensuração a Valor Justo trabalha dentro da realidade dos ativos, passando mais credibilidade ao cliente.

Quanto à conclusão obtida no estudo, esclarece-se que os resultados não devem ser generalizados no que se trata da aplicabilidade da Mensuração a Valor Justo no processo da análise da liberação do crédito ao produtor rural.

O presente trabalho contribuiu para o conhecimento do tema haja vista que o assunto abordado ainda foi pouco estudado, na formação das autoras enquanto pesquisadoras, além da percepção da relevância da pesquisa na compreensão dos dados coletados, que mesmo sendo adotadas práticas diferenciadas, não comprometeu o resultado do estudo.

Para dar continuidade a este trabalho, sugere-se que sejam feitos estudos em bancos privados na concessão de crédito, para saber se há diferença na maneira de analisar o cliente e se há o uso do Valor Justo como instrumento de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil**. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf >. Acesso em: 17/09/2014

BEUREN, Ilse Maria. Et. al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. São Paulo, Atlas, 2009.

BORGES, Richardson Coimbra; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; CARVALHO, Francisval de Melo. Avaliação de Desempenho Econômico-Financeiro de Cooperativas de Crédito de Livre Admissão de Minas Gerais por meio da Análise Fatorial das Demonstrações Contábeis. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 14.. 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. P. 1-17.



Instrumentos de análise financeira utilizados na concessão de crédito: um estudo de caso voltado aos métodos adotados pelas cooperativas Sicoob e a relevância do valor justo no momento da liberação do crédito ao produtor rural.

JONAS, PEREIRA e BONFIM (2015)

BRITO, Eduardo de. Et. al. Fair Value application to biological assets and agricultural produce in livestock farming. **Custos e @gronegócios on line**. V.10. Nº 1, 2014. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v10/AB%20cattle.pdf>>. Acesso em: 13/04/2015

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O Questionário na Pesquisa Científica. **Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP**. 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>. Acesso em: 23/03/2015

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. Brasília, DF, 2012, 60 p.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. Brasília, DF, 2009, 16 P.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. NBC TSP 27 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBC_TSP_-27_audiencia.pdf>. Acesso em: 06/05/2015.

FILHO, Augusto Cezar da Cunha e; MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO, Márcia Reis. Custo histórico X valor justo: qual informação é mais value relevant na mensuração dos ativos biológicos? **Custos e @gronegócios on line**, v.9, n. 2 – Abr/Jun – 2013. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v9/Custos%20historicos.pdf>>. Acesso em: 06/05/2015

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho científico**. IESDE Brasil S.A., Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.fgf.edu.br/POSGRADUACAO/posgraduacao/MBA_EXECUTIVO_EM_GERENCIAMENTO_DE_PROJETOS.pdf>. Acesso em: 23/03/2015

FRANCISCO, Helena Pires. **Gestão de Risco na concessão do Crédito Rural: uma proposta de controle nas operações de Crédito Rural da agência 1493-1 – Barbosa Ferraz**. 2007. Dissertação (Especialização em Administração) – Curso de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FREITAS, Alan Ferreira de; AMARAL, Isis de Castro; BRAGA, Marcelo José. A influência dos riscos de liquidez e de crédito no processo de conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de crédito de livre admissão: um estudo de caso. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – FEARP/USP, v. 2, n. 4, p. 126-147, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCsQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.rco.usp.br%2Findex.php%2Frcos%2Farticle%2Fdownload%2F59%2F60&ei=uWLFVNsJxaWDBJrguAN&usg=AFQjCNEyC sYP3_vVbpHCaEwbwLRQHgqu7g&bvm=bv.84349003,d.eXY> Acesso em: 11/10/2014.

GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; BRAGA, Marcelo José. Determinantes de risco de



liquidez em Cooperativas de Crédito: uma abordagem a partir do modelo Logit Multinomial. **Revista de Administração contemporânea**, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 1019-1041, Out./Dez. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552008000400007 >. Acesso em: 22/10/2014.

JESUS, Vanessa Martins de. et. al. Análise e concessão de crédito para pequenas e médias empresas. Estudo de caso: Empresa do setor de pescados. **Revista Jovens Pesquisadores**, vol. 8, n. 2, p. 1-24, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mackenzie.br%2Fdhtm%2Fseer%2Findex.php%2Fjovenspesquisadores%2Farticle%2Fdownload%2F994%2F505&ei=LYjFVMGOA8ypNovqgzA&usq=AFQjCNH-CIfaDRA-GUyh45Ej8wol_IarOw&bvm=bv.84349003,d.eXY>. Acesso em: 05 Set. 2014.

KEHL, Uwe. Contabilidade pelo valor justo – Evolução mundial e aplicação no Brasil. Monografia. Universidade Federal do Rio De Janeiro - Instituto de Economia. 2005. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/serieshist/trabacademicos/anexos/Uwe_Kehl-contabilidade-valor-justo.pdf>. Acesso em: 23/03/2015

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de Questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística – Universidade de Santa Catarina** 2012. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf>. Acesso em: 06/05/2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista de Contabilidade e Finanças**. USP, Edição 30 anos de Doutorado, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34220>>. Acesso em: 13/04/2015

MELO, Clayton Levy Lima de. et. al. Mensuração a valor justo: Um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. P-1-16.

MONOGRAFIAS BRASIL ESCOLA. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. Disponível em: < <http://monografias.brasile scola.com/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm> >.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, V.1, nº3, 2º Sem./1996. Disponível em:< <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf> >. Acesso em: 22/06/2014.

NUNES, Andrielly Stein Vieira. **A análise de Crédito no Sistema Sicoob**. 2011. Dissertação (Especialização em Gestão Empresarial e Negócios) – Curso de MBA em Gestão Empresarial



Instrumentos de análise financeira utilizados na concessão de crédito: um estudo de caso voltado aos métodos adotados pelas cooperativas Sicoob e a relevância do valor justo no momento da liberação do crédito ao produtor rural.

JONAS, PEREIRA e BONFIM (2015)

e Negócios, Faculdade PIO XII – Cariacica, Espírito Santo, 2011.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração.** Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 06/05/2015

PAZZINI, Felipe Luis Santiago; ROGERS, Dany; ROGERS, Pablo. Análise dos fatores que influenciam na concessão do limite de crédito: uma aplicação prática. In: Seminários em Administração FEA-USP, 10., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. P. 1-13.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 20/10/2015

WANDERLEY, Carlos Alexandre Nascimento. Et. al. Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: uma análise das principais empresas do Agronegócio Brasileiro. **Pensar Contábil - CRCRJ – Conselho Regional de Contabilidade do RJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 53-62. Jan/abr. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/1243-2351-2-PB.pdf>>. Acesso em: 06/05/2015

YIN, Robert K. Case Study Research: design and methods. 2010. Disponível em: <http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm>. Acesso em: 06/05/2015

